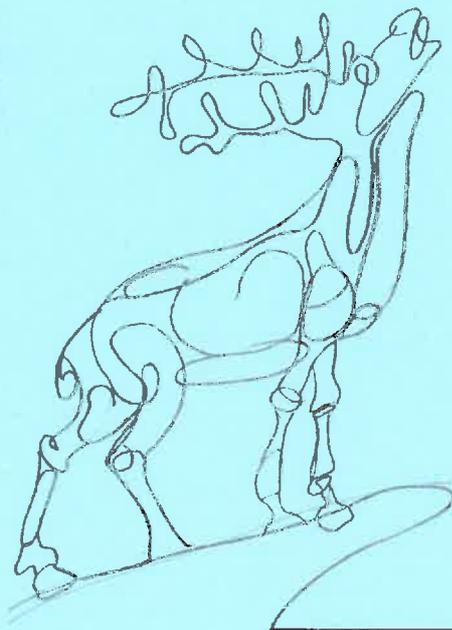




148
Uesp

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE CERVEIRA
CONTRATAÇÃO PÚBLICA E FINANCIAMENTOS

Convite



AJUSTE DIRECTO

**Requalificações Urbanísticas –
Beneficiação da Rotunda da Estrada Norte da Vila na EN13**

Dados Gerais

147
Ueee

Dados Gerais

Referência AD-023-16
Designação Requalificações Urbanísticas – Beneficiação da Rotunda da Entrada Norte da Vila na EN13
Descrição Beneficiação da Rotunda da Entrada Norte da Vila na EN13
Relacionado com outra pasta? Sim Não
ID PT1.BDOS.7129154
Enquadramento Legal (Geral) Código dos Contratos Públicos
Enquadramento Legal (Específico) Código dos Contratos Públicos



Comprador:
Município de Vila Nova de Cerveira

Classificação CPV

Vocabulário Principal - CPV 45200000-9 - Obras de construção total ou parcial e de engenharia civil

Vocabulário Suplementar - CPV

Lista adicional de classificações

Classificação do Objecto

Tipo de Contrato Empreitada de Obras
Tipo de Objecto Execução
Duração do Contrato 45 Dia(s)

Local da Execução do Contrato

Mesma morada do Centro de Custo

Cabimentação

Nº do Cabimento 895/2016
Valor Cabimentado Valor Exacto Euro

Configurar Equipas e Fluxos do Procedimento

Este procedimento não requer a definição de fluxo de abertura.

Documentos Internos

Nenhum artigo encontrado.

Configurações

CONSULTA DO PROCEDIMENTO

Código PT1.REQ.6852850

Código de Categoria

Prazos

Fuso Horário (UTC) Dublin, Edinburgh, Lisbon, London

Data de Decisão de Contratar: 6 horas atrás (07-06-2016 11:00:00 (UTC) Dublin, Edinburgh, Lisbon, London (GMT Horário de Verão))

Data Limite de Recepção de Candidaturas/Propostas 9 Dias para terminar (16-06-2016 18:00:00 (UTC) Dublin, Edinburgh, Lisbon, London (GMT Horário de Verão))

Data de Abertura de Candidaturas/Propostas 9 Dias para terminar (17-06-2016 09:00:00 (UTC) Dublin, Edinburgh, Lisbon, London (GMT Horário de Verão))

Data Limite para Esclarecimentos

Data Limite para Erros e Omissões

Data e hora da publicação na plataforma 1 Minuto atrás (07-06-2016 17:01:05 (UTC) Dublin, Edinburgh, Lisbon, London (GMT Horário de Verão))

Prazo de validade das candidaturas / propostas 66Dia(s)

Visitas ao local de execução do contrato

Permite visitas ao local de execução do contrato? Sim Não

Data Limite para visitas:

Informação Adicional:

Lotes

Definir Lotes Sim Não *

Limitação de Preços

Definir preço base? Sim Não

Preço Base 27.561,10Euro

Utilizar valores da Lista de Preços

Definir preço mínimo? Sim Não

Negociação e Leilão Electrónico

O procedimento será objecto de negociação? Sim Não

Configurações Avançadas

145
Ucup

Questionário

1 Questionário

1.1 Articulado da Consulta

(Os valores indicados não incluem o IVA)

Preço Total
0,00

Cód. Artigo	Referência Interna	Descrição	Qt	Unidade	Preço Unitário	Preço Total
1		TRABALHOS PREPARATÓRIOS				
1.1		Desenvolvimento e implementação do plano de higiene e segurança no trabalho.	1	VG		
1.2		Desenvolvimento e implementação do plano de prevenção e gestão de resíduos da construção (P.P.G.R.C.D.).	1	VG		
2		MOVIMENTO DE TERRAS				
2.1		Limpeza do terreno e movimentos de terras para a cota de projeto, incluindo o transporte de sobranes para vazadouro, de acordo com as peças desenhadas.	1	VG		
2.2		Aterro do interior dos muros de betão para a cota de projeto com terras de empréstimo apropriadas, incluindo a devida compactação e cilindrado por camadas.	180	M3		
3		FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS				
3.1		MOVIMENTO DE TERRAS				
3.1.1		Escavação em terreno de qualquer natureza, para caboucos de fundações, incluindo reposição de solos em aterro compactado no espaço entre o terreno natural e a fundação.	35	M3		
3.2		ESTRUTURAS DE BETÃO ARMADO				
3.2.1		FUNDAÇÕES				
3.2.1.1		Execução das fundações semidirectas em poços para as cotas do projeto, incluindo todos os fornecimentos, escavação em solo e todos os trabalhos e materiais necessários, obedecendo ao seguinte esquema: afundamento e colocação das manilhas com escavação pelo interior até à profundidade de solo firme, compactação do fundo da escavação com salitão, betonagem com betão ciclópico até à cota do projeto.				
3.2.1.1.1		Manilhas de 1,20m de diâmetro	11	M3		
3.2.1.2		Fornecimento e colocação de betão de limpeza com 0,10 m de espessura, incluindo assistência às betonagens, equipamentos acessórios, juntas de betonagem e todos os trabalhos inerentes à sua execução, de acordo com os desenhos do projeto.	4,5	M3		
3.2.1.3		Fornecimento e colocação de betão C20/25 em fundações com aditivo hidrofugo tipo (Plastocrete 05 Liquide) ou equivalente, incluindo armaduras em aço A400 NR em sapatas contínuas, bombagem e assistência onde necessário, cofragens, descofragens, equipamentos acessórios, juntas de betonagem e todos os trabalhos inerentes à sua execução, incluindo negativos para passagem de todas as infra-estruturas, de acordo com os desenhos do projeto.	19,5	M3		
3.2.2		MUROS DE SUPORTE DE TERRAS				
3.2.2.1		Fornecimento e colocação de betão C20/25 com aditivo hidrofugo tipo (Plastocrete 05 Liquide) em muros de suporte de terras, incluindo armaduras em aço A400 NR, bombagem e assistência onde necessário, cofragens, descofragens, equipamentos acessórios, juntas de betonagem e todos os trabalhos inerentes à sua execução, de acordo com os desenhos do projecto. Com as faces visíveis com acabamento face à vista com as furações do suporte das cofragens visíveis, mas impermeáveis e estereotomia a definir com o Arquitecto, incluindo pintura das superfícies visíveis com verniz de protecção para betão aparente tipo "Sikagar 681-ES Betoncolor (incolor)".	23,5	M3		
4		ARRANJOS EXTERIORES				
4.1		Fornecimento e aplicação de base com terras de empréstimo, com espessura média de 50 cm, para modelação do terreno no interior dos muros de betão, conforme peças desenhadas, para assentamento do godo, incluindo transporte, espalhamento, regularização, compactação e todos os trabalhos e materiais necessários a uma boa execução dos trabalhos.	115	M2		
4.2		Fornecimento e aplicação de base com terras de empréstimo, com espessura média de 20 cm, para modelação do terreno no exterior dos muros de betão, conforme peças desenhadas, para assentamento do godo, incluindo transporte, espalhamento, regularização, compactação e todos os trabalhos e materiais necessários a uma boa execução dos trabalhos.	300	M2		
4.3		Fornecimento e colocação de pedra miuda tonalidade branco, com uma espessura média de 10 cm, conforme peças desenhadas.	300	M2		
4.4		Fornecimento e colocação de pedra miuda tonalidade branco, com uma espessura média de 30 cm, conforme peças desenhadas.	115	M2		
4.5		Transporte do local de armazenagem para colocação em obra de 3 esculturas nos locais indicados nas peças desenhadas, incluindo todos os trabalhos, máquinas e acessórios necessários a uma perfeita execução e funcionamento.	3	UN		
5		ELETRICIDADE				
5.1		Fornecimento e colocação de cabo VAV 3X4mm2, incluindo abertura e fecho de vala, e todos os demais trabalhos e acessórios necessários a uma perfeita execução e funcionamento.	40	ML		
5.2		Fornecimento e colocação de cabo FVV 3X2,5mm2, incluindo abertura e fecho de vala, e todos os demais trabalhos e acessórios necessários a uma perfeita execução e funcionamento.	40	ML		
5.3		Fornecimento e colocação de armaduras LED T8 150cm IP65 1X58W, incluindo todos os trabalhos e acessórios necessários a uma perfeita montagem e funcionamento.	26	UN		
5.4		Fornecimento e colocação de Lampadas LED T8 150cm vidro 6000K, incluindo todos os trabalhos e acessórios necessários a uma perfeita montagem e funcionamento.	26	UN		
5.5		Fornecimento e colocação de projetor LED IP67 - 50W, incluindo todos os trabalhos e acessórios necessários a uma perfeita execução e funcionamento.	3	UN		

5.6	Fornecimento e colocação de caixa de piso 30X30, incluindo todos os trabalhos e acessórios necessários a uma perfeita execução e funcionamento.	1	UN	144 Uesp
5.7	Execução de todos os trabalhos, materiais e acessórios necessários à ligação da nova infra-estrutura elétrica à iluminação pública, incluindo a tramitação processual necessária a entrega da nova infraestrutura à EDP, incluindo nomeadamente as devidas aprovações, licenças, estudos, etc. e os correspondentes encargos.	1	VG	

Avaliação

Definições

O procedimento tem modelo de avaliação? Sim Não *

Peças do Procedimento

Observações Adicionais

Documentos

Nome	Descrição	É público?	Assinaturas
<input type="checkbox"/> Caderno de Encargos_AD-023-16_Assinado.pdf	Caderno de Encargos_AD-023-16_Assinado.pdf	Sim	Abrir Detalhe
<input type="checkbox"/> Convite_AD-023-16_Assinado.pdf	Convite_AD-023-16_Assinado.pdf	Sim	Abrir Detalhe
<input type="checkbox"/> Declaração_FEsmeriz_Formalizador-Gestor_Assinado.pdf	Declaração_FEsmeriz_Formalizador-Gestor_Assinado.pdf	Sim	Abrir Detalhe
<input type="checkbox"/> Mapa de Quantidades_AD-023-16.zip	Mapa de Quantidades_AD-023-16.zip	Sim	Abrir Detalhe
<input type="checkbox"/> Plano de Segurança e Saude_AD-023-16.zip	Plano de Segurança e Saude_AD-023-16.zip	Sim	Abrir Detalhe
<input type="checkbox"/> PPGRCD_AD-023-16_Assinado.pdf	PPGRCD_AD-023-16_Assinado.pdf	Sim	Abrir Detalhe
<input type="checkbox"/> Programa_AD-023-16_Assinado.pdf	Programa_AD-023-16_Assinado.pdf	Sim	Abrir Detalhe
<input type="checkbox"/> Projeto_Peça Desenhada_AD-023-16_Assinado.pdf	Projeto_Peça Desenhada_AD-023-16_Assinado.pdf	Sim	Abrir Detalhe

Documentos da Proposta / Habilitação

Lista de Documentos Solicitados

Tem ao seu dispor uma lista de documentos administrativos que pode solicitar aos seus Fornecedores. Selecciono os documentos que pretende solicitar. Se pretender algum documento que não esteja contemplado na lista apresentada, poderá adicioná-lo no final, seleccionando a opção Requer Outro Tipo de Documentos.

Filtrar por Tipo

Documento Administrativo	Na habilitação	Na proposta
Declaração de habilitação (Artigo 81.º/n.º 1/al. a) do CCP)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Certidão da Direcção Geral dos Impostos ou cópia autenticada da situação tributária relativamente a dívidas por impostos ao estado Português.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Certidão ou fotocópia autenticada da situação contributiva para com a Segurança Social se encontra regularizada	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Registo Criminal dos representantes da empresa, conforme as alíneas b) e i) do artigo 55.º do CCP	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Certidão de registo comercial ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta on-line, nos termos previstos no nº 2 do artigo 83º do CCP, nº 5 do artigo 75º do Código do Registo Comercial e no artigo 17º da Portaria nº 1416-A/2006, de 19 de Dezembro	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

143
cccc

Certificado de inscrição em lista oficial de fornecedores que revele a titularidade das habilitações adequadas necessárias à execução das prestações objecto do contrato a celebrar.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Certificado de inscrição no Registo Nacional de Pessoas colectivas, com todas as inscrições em vigor.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Anexo da declaração periódica de rendimentos (Modelo 22)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Declaração relativa a rendimentos e retenções de residentes (Modelo 10)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Anexo Q da informação simplificada (IES) relativamente ao último exercício económico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Procuração de delegação de poderes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Certidão da Direcção Geral dos Impostos ou cópia autenticada da situação tributária relativamente a dívidas por impostos à Região Autónoma da Madeira.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Certidão da Direcção Geral dos Impostos ou cópia autenticada da situação tributária relativamente a dívidas por impostos à Região Autónoma dos Açores.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Anexo I - Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º - Alterações introduzidas pelo DL nº 149/2012 de 12 de Julho.	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Anexo II - Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º - Alterações introduzidas pelo DL nº 149/2012 de 12 de Julho.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Anexo IV - Declaração a que se refere a alínea i) do n.º 1 e o n.º 4 do artigo 164.º e o n.º 2 do artigo 165.º - Alterações introduzidas pelo DL nº 149/2012 de 12 de Julho.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Anexo V - Declaração a que se refere o n.º 1 do artigo 168.º - Alterações introduzidas pelo DL nº 149/2012 de 12 de Julho.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Anexo VI - Declaração bancária a que se refere a alínea a) do n.º 3 do artigo 179.º - Alterações introduzidas pelo DL nº 149/2012 de 12 de Julho.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Requer outro tipo de documentos

Sim Não

Fornecedores

Deseja que a plataforma Sim Não
lhe sugira para convite as
empresas inscritas na
categoria do
procedimento?

quisar fr

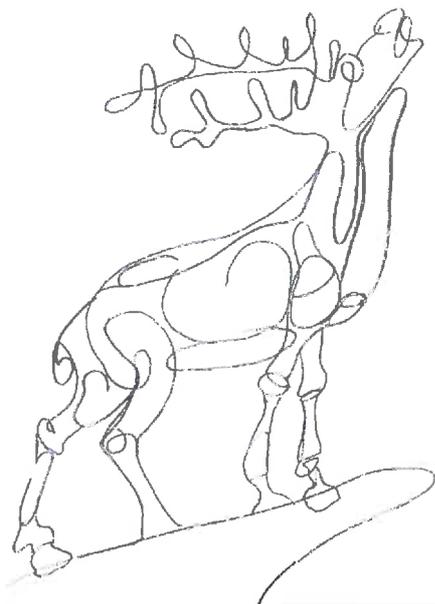
Fornecedor (1)	Contactos	Primeira/Última Vista	Convite Directo (1)	Interessados (0)	Respondido (0)
 Alfredo Barroso, Lda PORTUGAL NIF: 500608504	SMS: 251795444 Fax: 251795444 e-mail concursos@alfredobarroso.com		Yes	-	-

142
ceep



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE CERVEIRA
CONTRATAÇÃO PÚBLICA E FINANCIAMENTOS

Convite



AJUSTE DIRETO

**Requalificações Urbanísticas - Beneficiação da Rotunda
da Entrada Norte da Vila na EN13**



João Fernando Brito Nogueira
Presidente da Câmara Municipal
Assinatura Eletrónica Qualificada



141
Ceeey

INDICE

Artigo 1.º - Identificação do Procedimento	3
Artigo 2.º - Entidade Adjudicante.....	3
Artigo 3.º - Órgão que tomou a decisão de contratar	3
Artigo 4.º - Fundamento da escolha do procedimento	3
Artigo 5.º - Órgão competente para prestar os esclarecimentos	3
Artigo 6.º - Preço base	3
Artigo 7.º - Prazo de execução	4
Artigo 8.º - Documentos que constituem a proposta	4
Artigo 9.º - Alvará.....	5
Artigo 10.º - Propostas Variantes	5
Artigo 11.º - Prazo para apresentação das propostas	5
Artigo 12.º - Prazo da obrigação de manutenção das propostas	5
Artigo 13.º - Modo de apresentação dos documentos que instruem a proposta	5
Artigo 14.º - Critério de adjudicação.....	5
Artigo 15.º - Negociações.....	5
Artigo 16.º - Caução	6
Artigo 17.º - Documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário	6
Artigo 18.º - Prazo para apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário	6
Artigo 19.º - Despesas e encargos do concorrente	7
Artigo 20.º - Legislação aplicável	7
ANEXO I - Modelo de declaração	8
ANEXO II - Modelo de declaração.....	11
ANEXO III - Modelo de guia de depósito bancário	13
ANEXO IV - Modelo de garantia bancária/seguro de caução.....	14

	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA Câmara Municipal	CONVITE
	AJUSTE DIRETO - Requalificações Urbanísticas - Beneficiação da Rotunda da Entrada Norte da Vila na EN13	

140
veep

Artigo 1.º
Identificação do Procedimento

Ajuste Direto n.º 023/16 que visa a execução da empreitada denominada “Requalificações Urbanísticas - Beneficiação da Rotunda da Entrada Norte da Vila na EN13”.

Artigo 2.º
Entidade Adjudicante

Município de Vila Nova de Cerveira
Praça do Município
4920-284 Vila Nova de Cerveira
Telf. Geral: 251 708 020
Fax: 251 708 022
email: contratacao.publica@cm-vncerveira.pt

Artigo 3.º
Órgão que tomou a decisão de contratar

O Presidente da Câmara, por despacho, emitido no exercício de competência própria em 7 de junho de 2016.

Artigo 4.º
Fundamento da escolha do procedimento

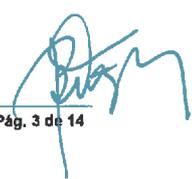
Nos termos da regra geral de escolha do procedimento prevista no artigo 18.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação (**doravante abreviado designadamente por CCP**) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar de acordo com os limites ao valor do contrato constantes da alínea a) do artigo 19.º do CCP, adotou-se um procedimento por **Ajuste Direto**.

Artigo 5.º
Órgão competente para prestar os esclarecimentos

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são da competência do órgão competente para a decisão de contratar.

Artigo 6.º
Preço base

O valor máximo que a entidade adjudicante aceita pagar é de € 27.561,10 (vinte e sete mil, quinhentos e sessenta e um euros e dez cêntimos) que limita o preço contratual, não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado.



139
Cecif

	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA Câmara Municipal	CONVITE
	AJUSTE DIRETO - Requalificações Urbanísticas - Beneficiação da Rotunda da Entrada Norte da Vila na EN13	

Artigo 7.º
Prazo de execução

O prazo de execução da obra será de **45 (quarenta e cinco) dias**.

Artigo 8.º
Documentos que constituem a proposta

1. A proposta será instruída com os seguintes documentos:
 - a. Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I do CCP, do qual faz parte integrante, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
 - b. Nota justificativa do preço proposto;
 - c. Preço total e lista dos preços unitários (que não devem incluir o IVA) com o ordenamento dos mapas resumo de quantidades de trabalho;
 - d. Programa de trabalhos, incluindo plano de trabalhos, plano de mão-de-obra e plano de equipamento;
 - e. Plano de pagamentos;
 - f. Memória descritiva e justificativa do modo de execução da obra;
 - g. Declaração do concorrente que mencione os trabalhos a efetuar em cada uma das subcategorias e o respetivo valor e, se for o caso, declarações de compromisso subscritas pelo concorrente e por cada um dos subempreiteiros, idêntica declaração deverá ser apresentada quando se tratar de agrupamentos de empresas.

2. Os documentos referidos na alínea d) do número anterior serão elaborados da seguinte forma:
 - 1º. **Metodologia de Apresentação**
Por gráfico de barras, apresentando cálculo justificativo através dos rendimentos médios dos planos de mão-de-obra e equipamento.
 - 2º. **Níveis de Discriminação dos Trabalhos a Executar**
Por capítulos e trabalhos mais significativos. (É fundamental que o plano de trabalhos esteja detalhado nas mesmas atividades consideradas no orçamento ideal, nos mostre as interligações entre as diversas atividades, a duração destas, em qualquer momento, saber se determinada ou determinadas atividades estão ou não a ser realizadas no momento oportuno e programado).

3. No documento a que se refere a alínea f) do n.º 1 o concorrente especificará os aspetos técnicos do programa de trabalhos, expressando inequivocamente os que considera essenciais à validade da sua proposta e cuja rejeição implica a sua ineficácia.

	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA Câmara Municipal	CONVITE
	AJUSTE DIRETO - Requalificações Urbanísticas - Beneficiação da Rotunda da Entrada Norte da Vila na EN13	

138
ceep

Artigo 9.º
Alvará

Para ser admitido ao concurso é necessário possuir as seguintes categorias e subcategorias de obras de acordo com a lei n.º 41/2015, de 3 junho: a 1.ª subcategoria da 1.ª categoria, a qual tem de ser de classe que cubra o valor global da proposta e a 2.ª subcategoria da 5.ª categoria na classe correspondente à parte dos trabalhos a que respeitem.

Artigo 10.º
Propostas Variantes

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de propostas variantes.

Artigo 11.º
Prazo para apresentação das propostas

A proposta e a documentação exigida deverão, sob pena de exclusão, ser entregues, através da Plataforma de Contratação Pública Vortalgov, até às 18h00m do dia 16 de junho de 2016.

Artigo 12.º
Prazo da obrigação de manutenção das propostas

É de 66 (sessenta e seis) dias, o prazo da obrigação de manutenção das propostas.

Artigo 13.º
Modo de apresentação dos documentos que instruem a proposta

1. A apresentação de todos os documentos que constituem a proposta deverá ser efetuada exclusivamente de forma eletrónica, através da plataforma Vortal (<http://www.vortalgov.pt>) disponibilizada pela empresa VORTAL - Comércio Eletrónico, Consultoria e Multimédia, SA.

2. Todos documentos submetidos na plataforma eletrónica no domínio do presente concurso devem ser assinados eletronicamente pelos concorrentes ou seus representantes, através de aposição de assinatura eletrónica qualificada de representação, de acordo com imposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

3. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

Artigo 14.º
Critério de adjudicação

A adjudicação será feita segundo o critério do mais baixo preço.

Artigo 15.º
Negociações

A proposta apresentada não será objeto de negociação.



134
veep

	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA Câmara Municipal	CONVITE
	AJUSTE DIRETO - Requalificações Urbanísticas - Beneficiação da Rotunda da Entrada Norte da Vila na EN13	

Artigo 16.º Caução

1. O concorrente preferido será notificado da adjudicação e do valor da caução, sendo-lhe, simultaneamente, fixado um prazo de **10 (dez) dias úteis**, para prestar a caução, sob pena de a adjudicação caducar, de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 77.º e no artigo 91.º do CCP.

2. A caução, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, de montante correspondente a **5%** do preço total do contrato deve ser prestada:

a. Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem da entidade que for indicada pelo Município de Vila Nova de Cerveira nos termos do modelo constante do Anexo III ao presente Convite, que dele faz parte integrante;

b. Mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos do modelo constante do Anexo IV ao presente Convite, que dele fazem parte integrante.

3. Não é exigida a prestação de caução desde que o adjudicatário, no prazo correspondente, apresente seguro da execução do contrato a celebrar [ou declaração de assunção de responsabilidade solidária] emitido nos termos previstos no n.º 4 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 17.º Documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário

1. O adjudicatário deverá apresentar os seguintes documentos de habilitação:

a. Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do CCP, do qual faz parte integrante, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.

b. Documento comprovativo de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do art.º 55.º do CCP.

c. Alvará emitido pelo IMPIC;

d. Certidão de Registo Comercial;

e. Declaração com a identificação da(s) pessoa(s) que outorga(m) no contrato (nome completo, estado civil, freguesia e concelho de naturalidade, residência, n.º do Bilhete de Identidade ou do Cartão de Cidadão, respetiva data de emissão e serviço que o emitiu).

2. Os documentos de habilitação devem ser apresentados através da plataforma eletrónica Vortalgov na ferramenta de Gestão de Mensagens.

Artigo 18.º Prazo para apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário

Os documentos deverão ser apresentados no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis** após a notificação da adjudicação.

	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA Câmara Municipal	CONVITE
	AJUSTE DIRETO - Requalificações Urbanísticas - Beneficiação da Rotunda da Entrada Norte da Vila na EN13	

136
Ucup

Artigo 19.º
Despesas e encargos do concorrente

As despesas e encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 20.º
Legislação aplicável

Em tudo quanto for omissis no presente convite, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação e demais legislação aplicável.

O presente Convite contém catorze folhas, todas numeradas e por mim rubricadas.

Vila Nova de Cerveira, 7 de junho de 2016

O Presidente da Câmara Municipal,


João Fernando Brito Nogueira

135
Uuep

	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA Câmara Municipal	CONVITE
	AJUSTE DIRETO - Requalificações Urbanísticas - Beneficiação da Rotunda da Entrada Norte da Vila na EN13	

ANEXO I

Modelo de declaração

(a que se refere a alínea a) n.º 1 do Art.º 57.º do decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atualmente em vigor)

1., (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2. Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

- a.
- b.

3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4. Mais declara, sob compromisso de honra, que:

a. Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b. Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (4) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (5)] (6);

c. Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7) [ou os titulares dos seus órgãos sociais da administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (8)] (9);

d. Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (10);

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada»

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação

(5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação

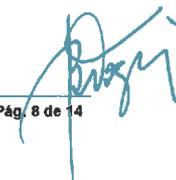
(6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva

(7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação

(8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação

(9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva

(10) Declarar consoante a situação



	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA Câmara Municipal	CONVITE
	AJUSTE DIRETO - Requalificações Urbanísticas - Beneficiação da Rotunda da Entrada Norte da Vila na EN13	

134
Ceeep

e. Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal ⁽¹¹⁾);

f. Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de Maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória ⁽¹²⁾;

g. Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho ⁽¹³⁾;

h. Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) ⁽¹⁴⁾;

i. Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por alguns dos seguintes crimes ⁽¹⁵⁾ [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes ⁽¹⁶⁾] ⁽¹⁷⁾:

i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;

ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1.º do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;

iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

j. Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em

⁽¹¹⁾ Declarar consoante a situação

⁽¹²⁾ Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória

⁽¹³⁾ Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória

⁽¹⁴⁾ Declarar consoante a situação

⁽¹⁵⁾ Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação

⁽¹⁶⁾ Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação

⁽¹⁷⁾ Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva

[Handwritten signature]

	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA Câmara Municipal	CONVITE
	AJUSTE DIRETO - Requalificações Urbanísticas - Beneficiação da Rotunda da Entrada Norte da Vila na EN13	

133
veep

qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), (data), [assinatura (18)].

(18) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

[Handwritten signature]

	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA Câmara Municipal	CONVITE
	AJUSTE DIRETO - Requalificações Urbanísticas - Beneficiação da Rotunda da Entrada Norte da Vila na EN13	

132
Cecy

ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 – ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (¹) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (²):

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (³) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (⁴)] (⁵);

c) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de Maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (⁶);

d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho (⁷);

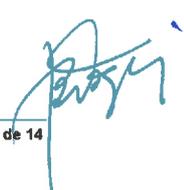
e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão -de -obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (⁸);

f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

2 – O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (⁹)] os documentos comprovativos de que a sua representada (¹⁰) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (¹¹)].



131
Cecy

	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA Câmara Municipal	CONVITE
	AJUSTE DIRETO - Requalificações Urbanísticas - Beneficiação da Rotunda da Entrada Norte da Vila na EN13	

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (6) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (7) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (8) Declarar consoante a situação.
- (9) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- (10) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (11) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

130
Uup

	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA Câmara Municipal	CONVITE
	AJUSTE DIRETO - Requalificações Urbanísticas - Beneficiação da Rotunda da Entrada Norte da Vila na EN13	

ANEXO III

Modelo de guia de depósito bancário

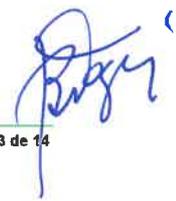
Euros _____ €

Vai _____ (nome do adjudicatário), com sede em _____ (morada), depositar na _____ (sede, filial, agência ou delegação) do Banco _____ a quantia de _____ (por algarismos e por extenso) em dinheiro/em títulos _____ (eliminar o que não interessar), como caução exigida para _____ (identificação do procedimento), nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos. Este depósito, sem reservas, fica à ordem de _____ (entidade adjudicante), a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

O presente depósito bancário corresponde a 5% do preço contratual e funciona como se estivesse constituído em moeda corrente. A entidade beneficiária pode utilizar, sem quaisquer reservas, toda e qualquer importância até ao limite do depósito bancário, sempre que assim o entender.

O presente depósito bancário permanece válido até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulado ou alterado sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]



129
Uey

	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA Câmara Municipal	CONVITE
	AJUSTE DIRETO - Requalificações Urbanísticas - Beneficiação da Rotunda da Entrada Norte da Vila na EN13	

ANEXO IV

Modelo de garantia bancária/seguro de caução

Garantia bancária/seguro de caução *(eliminar o que não interessar)* n.º _____

Em nome e a pedido de _____ *(adjudicatário)*, vem o(a) _____ *(instituição garante)*, pelo presente documento, prestar, a favor de _____ *(entidade adjudicante beneficiária)*, uma garantia bancária/seguro-caução *(eliminar o que não interessar)*, até ao montante de _____ *(por algarismos e por extenso)*, destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do _____ *(identificação do procedimento)*, nos termos dos n.ºs 6 e 8/7 e 8 *(eliminar o que não interessar)* do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 5% do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros *(eliminar o que não interessar)* garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

